

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR.....	7
1.1. Definindo alguns termos educacionais.....	7
1.2. Integração e inclusão escolar: conceitos diferentes?.....	10
2. PRESSUPOSTOS LEGAIS: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO.....	18
2.1. Legislação internacional.....	18
2.2. Legislação nacional.....	21
2.3. Legislação municipal.....	28
3. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO.....	32
3.1. O que são os programas de apoio pedagógico?.....	32
3.2. A SAP e a SAPNE como programas de apoio pedagógico.....	34
3.3. Experiências das classes especiais na rede estadual de ensino.....	38
4. METODOLOGIA E SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
4.1. Objetivo.....	43
4.2. Os sujeitos da pesquisa: critérios para a seleção.....	43
4.3. Proposta Metodológica.....	44
4.4. O questionário como instrumento para coleta de dados.....	44
4.4.1. Estruturação do questionário.....	44
4.4.2. Aplicação do questionário.....	46
4.5. Os sujeitos da pesquisa, local e contexto da interação.....	47
4.6. Caracterização da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.....	50

5. ENCAMINHAMENTO DOS ALUNOS COM NEE: A VISÃO DOS PROFESSORES.....	54
5.1. Os professores e o contato com alunos com NEE.....	54
5.2. Sobre o encaminhamento dos alunos aos programas de apoio pedagógico.....	57
5.3. Considerações preliminares.....	73
6. CONCEITOS EDUCACIONAIS SEGUNDO OS PROFESSORES.....	77
6.1. Os conceitos em foco.....	77
6.2. Conceitos educacionais: definições dos professores.....	81
6.3. Considerações preliminares.....	91
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
9. REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS.....	104
10. INDICE DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS.....	105
11. ANEXO.....	108

APRESENTAÇÃO

Apesar da pouca experiência profissional, sempre acompanhei os caminhos da escola pública brasileira e, particularmente, a do estado de São Paulo, por estar intimamente ligada a pessoas que ajudaram a construí-la. Muitos de meus familiares abraçaram a profissão de professor, ainda nos tempos em que ser professor não era uma profissão, mas quase um sacerdócio. Desses todos, apenas minha mãe continua atuando, já afastada da sala de aula, mas sem perder o contato com ela, através de cursos e orientações que ela ministra aos professores da rede pública municipal, a qual presta serviços atualmente¹.

De alguma maneira, sempre estive envolvida com as questões escolares, seja no âmbito das práticas pedagógicas dos professores, seja no âmbito das políticas e reformas que aconteceram durante os últimos quinze anos. No período da implantação do Ciclo Básico I², acompanhei as discussões entre minha mãe e suas colegas de trabalho a respeito das mudanças na prática pedagógica e no movimento de “reorganização interna” pelo qual tiveram que passar para tentar acompanhar as novas metodologias de trabalho, principalmente no ensino da Língua Portuguesa e da Matemática.

O que elas comentavam e eu mesma, na minha pouca idade percebia, que as mudanças ocorriam sem prévia consulta e discussão com os professores os quais deveriam, a partir daquele ano, a título de obrigação (e até punição por parte de seus superiores: diretores e supervisores de ensino), implantar nas salas de aula a nova metodologia, “despejada” nas reuniões de coordenação através de apostilas formuladas e desenvolvidas por uma equipe técnica do governo, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP).

¹ Lourdes Ap. Daltoé Angelotti foi professora e assistente de direção em escolas públicas estaduais. Atualmente, ela está afastada da rede estadual de ensino e presta serviços junto a rede de ensino municipal, devido ao contrato de municipalização do ensino estadual na cidade (Ariranha/SP).

² Na época, 1983, o Ciclo Básico foi implantado apenas nas duas séries iniciais do, ainda, ensino primário.

Depois de algum tempo, as professoras perceberam que a proposta poderia ser [e foi] interessante, trazendo excelentes resultados para os alunos. Essa conclusão elas tiveram que “descobrir” por si mesmas, penosamente.

Alguns anos se passaram e resolvi seguir a carreira de professora, sem nunca perder de vista o desafio e a luta que eu teria que travar todos os dias, em prol de um ensino de qualidade e do desenvolvimento das crianças.

Na medida em que aumentavam as possibilidades de meninos e meninas, pouco favorecidos social e economicamente, sentar-se nas cadeiras de uma sala de aula e permanecer nelas até, pelo menos, a conclusão do ensino médio, aumentava o meu entusiasmo e esperança.

Nessa busca, resolvi formar-me historiadora, mas não apenas uma estudiosa da história, mas também uma professora, uma educadora que navegaria com os alunos na fantástica viagem pela história, na descoberta das nossas origens e na compreensão da atual situação social, cultural e econômica em que vivemos.

Quando comecei a tomar contato direto com as escolas, dei-me conta de que apenas a formação específica em história não era suficiente para entender e conseguir trabalhar dentro de uma escola, de uma sala de aula e com a comunidade escolar. O curso de Pedagogia pareceu-me imprescindível para compreender a dinâmica escolar e aperfeiçoar minha atuação como educadora.

Foi durante o curso de Pedagogia que conheci uma nova proposta de escola e ensino que a mim soou como a mais democrática jamais conseguida pela instituição escolar desde seu surgimento: a INCLUSÃO de todos numa mesma escola pública, laica e de qualidade. A proposta parecia responder a muitas questões que “imperravam” o sistema educacional como um todo, abrindo novos caminhos para questões como fracasso, evasão, repetência e exclusão.

Depois do entusiasmo inicial, vieram as questões inquietantes: como viabilizar a proposta com um mínimo de qualidade? Que políticas deveriam ser implementadas para alcançarmos a inclusão de todos na escola? Porque o poder público encaparia tal proposta, legitimando-a por meio de legislação e decretos? Como os professores reagiriam a mais uma mudança na estrutura e funcionamento das escolas e, por conseguinte, do seu próprio trabalho?